

## **OS MORTOS NA MEMÓRIA DOS VIVOS: INTER-RELAÇÕES ENTRE MEMÓRIA, TRADIÇÃO E SOCIEDADE**

ELIZABETH AVELINO RABELO\*

MIGUEL MAHFOUD\*\*

### **1. O estudo da memória: entre o indivíduo e a sociedade**

“Existe a noite serena da criança, a noite profunda e breve do trabalhador, a noite infinita do doente, a noite pontilhada do perseguido.” (BOSI, 1993: 281)

A memória é, antes de tudo, um trabalho sobre o tempo, não um tempo abstrato, mas um tempo vivido que é tornado humano e conotado pelo indivíduo e pela cultura em cada sociedade (BOSI, 1993).

A memória tem sido apropriada como objeto de estudo para entender o funcionamento de culturas, sociedades, arte, política e mesmo da literatura (SÁ, 2007). Diversos autores têm buscado compreender as relações entre memória e os sujeitos e seus contextos sociais, históricos e culturais nos quais estão inseridos. Apresentaremos brevemente algumas contribuições dos campos da sociologia, história e psicologia no estudo da memória para levantar discussões acerca de como ela tem sido compreendida.

Várias perspectivas perpassam o estudo da memória nos diversos campos de saberes ao longo dos tempos. O estudo da memória no campo da psicologia científica no final do século XIX, como apresentado nos estudos do psicólogo e filósofo americano William James (1842-1910), partia de uma concepção de memória como um “fluxo da consciência” (BOSI, 1993; MIDDLETON & BROWN, 2006) a partir de um processo seletivo em termos de habilidade para ligar aspectos da experiência individual nos quais se incluíam a lembrança e o esquecimento (MIDDLETON & BROWN, 2006).

---

\* Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais na linha de pesquisa de Cultura, Modernidade e Processos de Subjetivação.

\*\*Doutor em Psicologia Social e professor associado do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Anteriormente aos estudos pioneiros do sociólogo francês Maurice Halbwachs (1877-1945), a memória era considerada basicamente como esse processo e a capacidade mental de recordar, e, portanto, era considerada como objeto de estudos marcadamente de filósofos e psicólogos (SANTOS, 2002). Halbwachs foi um dos primeiros a dizer que a memória é socialmente construída, trazendo a ideia de uma “memória coletiva”, se contrapondo a tendências filosóficas e sociológicas de cunho idealista e mecanicista no início do século XX. Discípulo de Durkheim, Halbwachs preocupava-se em não perder a dinamicidade dos fenômenos em estudo, valorizando a concepção durkheimiana da existência de uma relação dinâmica entre indivíduo e sociedade. Buscou uma historização da sociologia, dialogando campos das ciências humanas que eram antes incomunicáveis (SCHMIDT e MAHFOUD, 1993).

Para Halbwachs, pensamentos e lembranças são construções feitas a partir de “quadros sociais da memória” (SANTOS, 2002; HALBWACHS, 2006; SÁ, 2007). Nessa perspectiva, a memória não é uma simples lembrança, mas uma construção a partir de experiências passadas em função da realidade presente possibilitada pelos recursos oferecidos social e culturalmente (SÁ, 2007). Assim, memórias se formam e se renovam a partir de laços sociais entre os indivíduos e são construídas através de elementos simbólicos comuns (SANTOS, 2002).

Frederic C. Bartlett (1886-1969), psicólogo britânico, foi um dos primeiros autores no campo da psicologia a abordar o estudo da memória dentro de uma concepção construtivista do que se convencionou chamar de “memória social” (SÁ, 2007). Para tal autor, a memória não é simples reprodução ou construção do passado, mas uma re-construção no presente de experiências vivenciadas anteriormente. Tais experiências se configurariam numa forma de mediação entre o passado e o presente através de “convencionalizações sociais” (SANTOS, 2002).

Os estudos de Halbwachs e Bartlett estão entre as principais referências para o início de uma compreensão da memória que vai além de um reducionismo psicológico e sociológico. Os estudos do psicólogo americano Ulric Neisser (1928-2012), outra importante referência, ressalta uma vez mais que a lembrança é uma atividade inerentemente social na qual a

memória é um processo criador ligado às condições existentes e experiências individuais sedimentadas no passado (SANTOS, 2002). O historiador francês Marc Bloch (1886-1944) ao tratar a questão da transmissão da memória coletiva destaca, por sua vez, variáveis que atuam no processo da transmissão da memória entre as gerações, dando especial atenção aos aspectos comunicacionais e às relações entre a história e a tradição (CASADEI, 2010).

No Brasil, a psicóloga social Eclea Bosi se destaca nos estudos sobre memória. A autora colhe as contribuições da sociologia da memória a partir de Halbwachs e a teoria da memória do filósofo Henri Bergson para aprofundar a compreensão da memória social no contexto brasileiro. Através de suas obras *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos* (1979), *Cultura de Massa e Cultura popular: Leituras de Operárias* (1981) e *O tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social* (1994) Bosi vai evidenciando alguns elos que entrelaçam o indivíduo, seu contexto sociocultural, seus valores ideológicos e mesmo sua atividade de trabalho.

A diversidade de perspectivas no estudo da memória que tem surgido e sido recuperadas convidam a não perder de vista a complexidade desse fenômeno, desafiando a psicologia social a buscar contribuições relevantes em campos teóricos e conceituais que não se circunscrevem apenas no campo da psicologia. A psicologia social pode contribuir, assim, na reconstrução de análises e compreensões acerca da memória que abarquem a natureza psicossocial de tal fenômeno (SÁ, 2007).

## 2. Bases e fundamentos nos estudos da memória social

Jovchelovitch (2004) entende a psicologia social com a ciência do “entre”, na qual uma perspectiva psicossocial não dá foco privilegiado nem ao indivíduo nem à sociedade, mas ao espaço em que acontece a relação entre os dois, mesmo que o foco no “entre” implique em apenas um recurso teórico que não se verifica empiricamente na realidade. Para autora, é

*nesta zona mais subterrânea de mediações, profundamente relacionada, contudo, com a superfície que ao mesmo tempo ele cobre e revela, que reside o psicossocial. Categorias como a identidade, o eu, o discurso, representação e a ação, para citar*

*apenas algumas, são todas produzidas lá, no espaço do “entre”. (...) este espaço constitui o objeto específico do inquérito psicossocial e é o entendimento detalhado deste espaço que a psicologia social pode oferecer um diálogo interdisciplinar.* (JOVCHELOVITCH, 2004: 21).

Celso Pereira de Sá (2006) buscou as contribuições de outros importantes autores como Le Goff, Connerton e Moscovici para aprofundar os estudos da memória no campo da psicologia social. Nesse campo da psicologia social a memória é entendida, antes de tudo, como uma memória social, ou “o inteiro conjunto dos fenômenos ou instâncias sociais da memória” (SÁ, 2007: 292).

Sá (2007 e 2012) aponta cinco princípios unificadores básicos para apreender a complexidade do campo multifacetado do estudo da memória social.

No primeiro princípio, Sá ressalta o caráter construtivista da memória, indo além de simples rememoração ou reprodução do passado. A memória é construída em função de necessidades e interesses do presente. Para o autor, ainda que sejam as pessoas quem se lembram, a memória é sempre social, histórica e culturalmente determinada. Nessa perspectiva, a construção e a manutenção da memória social dependem da interação e comunicações sociais. Esse princípio reflete o caráter anti-psicologista de se compreender a memória, entendendo-a não como um dom individual, mas uma construção social na qual se descreve uma versão do passado. Assim, um ponto relevante para se considerar seriam as razões pelas quais os sujeitos, grupos ou instituições constroem determinada versão e não outras.

O segundo princípio, compreendido como anti-sociologista, ressalta o fato de que a memória tem sede no indivíduo, embora seja dependente de sua inserção social. Tal princípio se contrapõe às ideias que defendem a primazia do social sobre o indivíduo, como se a memória estivesse sediada em grupos e instituições, e ressalta que são as pessoas que se lembram, ainda que determinada por marcos sociais e recursos culturais como a linguagem.

O terceiro princípio marca o caráter de interação e comunicação sociais da memória. Esse princípio ganha destacada relevância dentro de uma perspectiva psicossocial na qual as interações intra e intergrupos são fundamentais para compreender a reconstrução do passado a partir das necessidades do presente.

A associação entre conhecimento e lembrança, pensamento e memória, marca, no quarto princípio, a memória em seu caráter processual e dinâmico em relação ao pensamento social, trazendo a ideia de que a lembrança do passado depende do que se sabe sobre ele. A memória dentro dessa concepção construtivista “é sempre uma forma de conhecimento: de fatos, cronologias, de instituições, de costumes, de leis, da linguagem” (SÁ, 2007: 291). Uma consequência que daí decorre é o fato da memória estar circunscrita nas representações sociais e ancorada em experiências e conhecimentos. Dessa forma, o núcleo central de uma representação está ligado à história do grupo e à sua memória coletiva.

O quinto e último princípio ressalta o aspecto socioafetivo e sociocognitivo da memória, destacando a influência das motivações e sentimentos nos conteúdos da memória social. Esse princípio fundamenta uma vez mais a perspectiva psicossocial de abordagem de processos e fenômenos, como a memória, os quais recebem inegável determinação sociocultural evidenciando a complexa relação entre processos subjetivos e sociais.

A partir dessa breve apresentação de algumas formas pelas quais a memória tem sido estudada e compreendida, sobretudo no campo da psicologia social, iniciaremos uma discussão de como essas considerações sobre memória podem marcar a relação entre vivos e mortos. Apresentaremos um breve histórico das relações entre vivos e mortos para em seguida compreender essa relação através da memória.

### **3. A morte e os mortos na vida dos vivos**

A morte enquanto um processo puramente fisiológico é um acontecimento universalmente conhecido. Mas ao se revelar como uma expressão do limite e da temporalidade da existência humana torna-se um fenômeno de infinitas concepções, crenças, significados que se naturalizam em cada contexto histórico e cultural. Nesse sentido, um estudo sobre o fenômeno da morte exige, antes de tudo, uma compreensão das relações culturais as quais oferecem aos indivíduos instrumentos para enfrentarem desde as mais simples até as mais profundas questões humanas, seja através da religião, da ciência, da filosofia ou da arte.

Nesse sentido, a relação que os vivos mantêm com os mortos reflete características socioculturais de cada sociedade. Mitos, rituais e crenças sobre a morte se entrelaçam e marcam presença de diversas formas em todas as culturas demarcando maneiras de viver e de se relacionar com a morte e os mortos.

A morte se mostra como um fenômeno ambíguo que desperta sentimentos diversos: medo, curiosidade, silêncio, dor, alívio. Pode-se dizer que cada época define maior ou menor proximidade a uma dessas formas de responder à temporalidade da existência humana. Ao longo da história das civilizações diversas crenças entraram e saíram de cena, mas o medo da morte, dos “primitivos” aos “civilizados”, parece perpassar por todas as civilizações, mudando apenas as formas de se temê-la (CHIAVENATO, 1998).

O historiador francês Philippe Ariès (1914-1984) fez um importante estudo sobre as formas de lidar com a morte na cultura ocidental, do século V até o século XX. Em seus estudos ele percebeu cinco principais representações da morte: morte domada, morte de si mesmo, morte longa e próxima, morte do outro e morte invertida.

Do século V até o fim do século XVII é dominante a ideia do que Ariès (1981-1982) chamou de morte domada. A morte não era negada, estava sempre presente a certeza da mortalidade e não se buscava esconder esse fato. A morte era um ato coletivo e os rituais eram compartilhados socialmente (MATTEDI & PEREIRA, 2007).

Com o desenvolvimento da indústria e os avanços científicos a partir do século XVIII, principalmente os da área médica, a morte deixa de ser domada, para se tornar selvagem, aparecendo temas como sofrimento, delírios, agonia. São predominantes sentimentos de melancolia e de incerteza da vida. De destino coletivo, a morte passar a ser tomada como destino individual. Dessa forma, o indivíduo passa a se preocupar com sua própria morte (MATTEDI & PEREIRA, 2007).

A partir de então, vai desaparecendo a ideia de morte familiar e domada abrindo espaço para o medo e angústia diante da morte. Aparece nesse momento o medo de ser enterrado vivo. Era comum nessa época, entre século XVIII e XIX, colocarem um sino junto ao corpo dos mortos para se certificar que a pessoa havia de fato morrido (CHIAVENATO, 1998).

No século XIX, a morte passa a ser cantada pelos poetas. A morte agora é desejada, suavizada, diminuindo o medo de morrer. Transfere-se o medo e preocupação com a própria morte para o medo da morte do outro. Aparece a ideia de “bela morte” e a esperança de reencontro com os amados após a morte. As ilustrações e pinturas dessa época mostram rostos calmos, aparentando que se está dormindo ou repousando. Os túmulos estão representados em pose de acolhimento e de encontro com Deus (KOVÁCS, 2003; FRANCO, 2010).

No desenrolar do século XX aparece o que Ariès (1981-1982) chamou de morte invertida, e segundo o historiador, se inicia uma mentira, a de que a morte não existe. Em nenhuma época foi tão difícil falar sobre morte. A partir de então, mudou-se o lugar onde se morre. Se antes se morria em casa, acompanhado dos familiares, agora a morte é solitária, longe do lar, nos hospitais ou em outras instituições. A intenção é afastar de todas as formas possíveis qualquer tipo de referência à morte, se afastar dela significa assegurar um bem estar subjetivo.

Nobert Elias (1897-1990), sociólogo alemão, embora concorde em pontos com Ariès, é um dos críticos a essa descrição ao dizer que nunca houve uma relação com a morte que fosse pacífica e de total aceitação (ELIAS, 2001; MATTEDI & PEREIRA, 2007). Elias (2001) com a ideia de impulso civilizatório, a partir do qual acontecem as transformações no curso do desenvolvimento social, faz uma separação entre sociedades tradicionais e sociedades modernas para marcar as diferenças de relações com a morte nessas duas sociedades.

Segundo Elias (2001), as sociedades tradicionais são caracterizadas pela presença de ritos de passagem, crenças no sobrenatural, por uma organização pública das relações e pelo seu caráter coletivo. A ausência de conhecimento e falta de controle técnico sobre a morte fez com que a morte fosse concebida como consequência de motivos sobrenaturais, de onde não se pode deduzir que ela fosse aceita serenamente (MATTEDI & PEREIRA, 2007).

Quando saúde e morte tornam-se objetos de investigação das diversas áreas técnicas e especializadas nas sociedades modernas tal desenvolvimento científico levou ao encobrimento das esferas públicas que intermediavam a relação do indivíduo com a morte o morrer. Esse processo colaborou para um afastamento da morte tanto do plano individual como do plano coletivo, marcando a mudança de um modo de vida comunitário pra um modo impessoal de

viver, que se estende ao modo impessoal de se relacionar com a morte (ELIAS, 2001; MATTEDI & PEREIRA, 2007).

Essa separação dos segmentos coletivos e individuais característicos da sociedade moderna levou à pluralização e fragmentação das esferas de vida sociais dos indivíduos, os quais perdem as referências e a mediação das esferas públicas para lidarem com a vida, desde as questões mais simples até as mais complexas (BERGER, BERGER & KELLNER, 1979; BERGER & LUKCMANN, 2004).

Ariès e Elias coincidem ao dizer das formas de lidar com a morte no mundo moderno. A separação entre vida e morte aparece como um dos desdobramentos da segregação das esferas onde os indivíduos agem e interagem, assim como a perda e diminuição da influência dos valores e costumes preestabelecidos e da tradição. Tal postura diante da morte levou à atitude de negação e distanciamento dos vivos diante de qualquer tipo de referência à morte e ao morrer (ARIÈS, 1982; CHIAVENATO, 1998; COE, 2005; FRANCO, 2010; KOVÁCS, 2003).

Contudo, ao compreender a modernização como um processo (BERGER, BERGER & KELLNER, 1979; BERGER & LUKCMANN, 2004), no qual elementos de sociedades modernas e sociedades tradicionais coexistem, cabe ressaltar que as atitudes características dessas sociedades diante do fenômeno da morte igualmente coexistem. Ainda que a tendência dominante nas sociedades modernas seja o afastamento de qualquer referência à morte e de uma vivência individual do luto, como a transferência para um lugar impessoal para o velório acontecer, estão presentes também atitudes características de sociedades tradicionais, como uma vivência pública da morte, que acontece quando morrem pessoas famosas e importantes.

Buscaremos a seguir, através dos apontamentos sobre memória na primeira parte e desse breve histórico de formas de lidar com a morte e com os mortos na cultura ocidental, traçar alguns elementos da relação entre vivos e mortos através da memória.

#### **4. Os mortos na memória dos vivos**

*Durante a vida, quantas pessoas conhecemos! Falamos com elas, rimos um pouco, com elas esvaziamos uma caneca de cerveja, cantamos. Mas, uma vez deitado sob uma cruz, acabado, o homem não existe mais. Está deitado e cala. Cala. E se ouvimos alguém responder, isso não vem do fundo da sepultura, é apenas um sonho. Alguém por vezes vem conversar conosco. Ou passear aqui ou ali. Ou então fica sentado. Como se não estivesse morto. Ou pega a carroça, começa mesmo um trabalho ou outro. Inteiramente como um vivo. Como um verdadeiro vivo, não como um defunto. Porquê, não se sabe, mas um morto, num sonho, nunca é visto em sua sepultura, nem mesmo no caixão onde se deitou durante o ofício dos mortos. Nos sonhos, os mortos caminham, estão sentados na parte da frente de uma carroça, fazem-nos sinais com a mão. Inteiramente como verdadeiros vivos. Talvez tenha sido por isso que o Senhor deu o sonho ao homem, para que ele veja, como se estivessem realmente vivos, os que não mais estão, mas que ele tem tanta vontade de rever um pouco. (YOUOZAS BALTOUCHIS, 1979, citado por SCHMITT, 1999:11)*

O cuidado em enterrar os mortos é uma diferenciação humana que se encontra lado a lado com os primeiros instrumentos os quais sinalizam a presença do homem (RODRIGUES, 2007). O ritual do sepultamento expressa um valor simbólico de conservação da memória dos mortos. Contudo, os mortos não são rememorados fundamentalmente como um corpo inerte. Este fato indica que de algum modo lembrar-se dos mortos é uma forma de ainda lhe atribuir alguma vida (RODRIGUES, 2007).

Rememorar, um dos elementos dinâmicos da memória, revela como esta e a tradição estão intimamente relacionadas (SANTOS, 2002). A memória além de ser construída socialmente em termos de representação e reconstrução do passado é também um aspecto fundamental na construção da sociedade. A forma que vivos e mortos se relacionam, desde o lugar onde os mortos são enterrados até as crenças e costumes referentes à morte revela essa construção da sociedade via laços entre memória e tradição.

Nas sociedades tradicionais vivos e mortos compartilhavam os mesmos espaços físicos. O lugar de enterrar os mortos, os cemitérios, fazia parte de espaços de convivência como as Igrejas. A prática de enterramento nas Igrejas nasce da crença cristã da ressurreição dos mortos no dia do julgamento final, acreditando-se que a proximidade dos corpos e das imagens divinas conservava a proximidade de Deus (PETRUSKI, 2006). Como já apontado anteriormente, a

morte nessas sociedades era vivenciada coletivamente, e tal característica aparece no costume de não se demarcar nas sepulturas inscrições individualizadas dos mortos, com exceção de nobres e bispos (SCHIMITT, 1999; FRANCO, 2010). Nessas sociedades, os mortos e a morte estavam presentes nas cenas e espaços comuns de inter-relações dos vivos.

Nas sociedades modernas, onde as esferas de vida sociais do indivíduo se separam, tal separação acontece também entre os espaços físicos dos vivos e dos mortos. Até o século XVIII era prática comum os enterramentos acontecerem nos solos sagrados das Igrejas. Mas o discurso médico e as práticas higienistas do século XIX consideraram a proximidade com as sepulturas e os corpos em decomposição um risco à saúde pública (PETRUSKI, 2006, ALMEIDA, 2013). Com essas práticas higienistas houve uma reconfiguração do espaço nas cidades e os cemitérios, então, foram transferidos e passaram a ser construídos distantes dos centros urbanos. Essa separação dos espaços físicos de vivos e mortos inaugura uma maneira diferenciada dos vivos rememorarem os mortos.

Memória e vivência cotidiana, nas sociedades tradicionais, se entrelaçavam e corporificavam elementos da tradição (ABREU, 1994). No mundo moderno, surge uma cisão entre memória e vivência cotidiana, levando a surgir lugares próprios que guardam a memória:

*a memória teria deixado de ser uma função ativa do conjunto da sociedade para se tornar atributo de alguns. Ao invés de ser encontrada no próprio tecido social - no costume, na tradição -, a memória tomaria forma em lugares determinados passando a depender de agentes especialmente dedicados à sua produção. (Abreu, 1994: 206)*

Se nas sociedades tradicionais a relação entre vivos e mortos aparece na unidade entre memória, tradição e indivíduo, compartilhando o mesmo espaço físico, no mundo moderno a lembrança dos vivos daqueles que partiram passa a ser intermediada por “lugares de memória” como os cemitérios. Os suportes da memória na vida cotidiana, referências do passado e vínculos entre gerações, tem sido substituídos por lugares e objetos específicos de memória (SANTOS, 2002).

Tal fato aparece com maior clareza nos chamados cemitérios-museu, cemitérios que além de guardar a memória dos mortos, guardam também a memória e de crenças e costumes e

a memória da arte, revelando relações íntimas entre arte, morte e tradição. Tem se tornado comum a prática de transformar cemitérios tradicionais em um lugar de apreciação estética. Como já acontece em Paris nos cemitérios Père-Lachaise, Montparnasse e Montmartre; em Buenos Aires no cemitério Recoleta; e mais recentemente no Brasil, em São Paulo nos cemitérios do Araçá, da Consolação e São Paulo; e em Belo Horizonte no cemitério Nosso Senhor do Bonfim.

A transformação de cemitérios em museu marca esse espaço oficialmente como patrimônio cultural, em um lugar de referência histórica, artística e cultural, reconfigurando a convivência entre vivos e mortos. Os bens culturais são registros vivos que guardam a memória e a identidade de uma sociedade. Assim, num mesmo espaço, o cemitério, passa a existir, então, duas vivências de memória: através da arte, expressa em sepulturas e edifícios; e outra mais subjetiva, expressa por tradições, costumes e rituais revelados através das relações entre vivos e mortos (SCHUARÇA & SANTOS, 2010).

A princípio distintas, essas duas vivências são complementares, pois os diversos materiais e estilos nas obras e sepulturas exprimem pontos em comum, como a relação do homem com a morte. Um cemitério-museu pode evidenciar sinais da complexidade dessa relação, onde as realidades objetivas e subjetivas se entrelaçam revelando um mundo histórico cultural concreto sedimentando intersubjetivamente, construído pelos sujeitos e ao mesmo tempo constituído pela linguagem, valores, histórias e saberes.

Os cemitérios-museu em sua dimensão de patrimônio artístico revelam, sobretudo, vivências e tradições que refletem a relação que o homem estabelece com a morte e o morrer. Ao se demarcar tal dimensão, emerge um convite para repensar o espaço do cemitério como um lugar onde há uma dinâmica viva entre morte, histórias individuais e coletivas acontecendo e se entrecruzando.

Assim, lugares como os cemitérios podem se configurar como um lugar pleno de memória que conta a história daqueles que morreram, através das sepulturas e suas inscrições, e daqueles que vivem, guardando e revelando a relação que o homem mantém com a morte através dos tempos. No contexto do cemitério-museu, a arte aparece como uma das formas de

se revelar a complexa e delicada relação entre o viver e o morrer demarcando e ressaltando o universo da cultura e da memória presentes no cemitério.

## 5. Considerações finais

A morte não se define apenas pelo fim da existência corporal, pois ela não é determinada unicamente por sua natureza fisiológica. A morte física não é suficiente para realizar a morte nas consciências (RODRIGUES, 2007), pois o processo de lembrar e de cultuar os mortos são formas de presença no mundo que evidenciam laços entre memória e tradição, entre o indivíduo e seu mundo social.

Seja nas sociedades tradicionais, seja nas sociedades modernas, a relação entre vivos e mortos acontece especialmente através da memória. Seja de uma maneira mais direta, através de vivências cotidianas compartilhadas, ou mais indiretamente, por meio de objetos ou lugares convencionados a abrigar a memória, os mortos permanecem ocupando um lugar e uma referência importante na vida social nos diversos contextos socioculturais.

No processo de individualização do viver e do morrer característicos do mundo moderno aparecem elementos que apontam o lugar que a memória ocupa nas inter-relações entre a vida individual e social. O cemitério pode ser compreendido como um lugar onde acontece uma construção social da memória, a qual se concretiza tanto através das sepulturas individualizadas, desde as mais simples até as mais suntuosas, quanto nas expressões subjetivas de hábitos, costumes e crenças dentro desse espaço.

Cemitérios oitocentistas que foram criados nos moldes da modernidade (ALMEIDA, 2013), ou seja, laicos, fora do solo sagrado da Igreja e dos centros urbanos, refletem uma reconstrução social própria de crenças, hábitos e atitudes diante da morte e do viver. O cemitério do Bonfim, erguido junto com a construção da capital mineira, configura-se num espaço pleno de significações históricas e culturais (ALMEIDA, 1998) e expressa essa reconstrução social através de um complexo elo entre os modos tradicional e moderno de lidar com a morte e com os mortos. O nome de conteúdo religioso do cemitério rebatizado pela própria população, sepulturas em formas de capelas, história e lendas como a da loira do

Bonfim<sup>1</sup> são marcas de sociedades tradicionais que coexistem contemporaneamente numa cidade moderna.

A mútua constituição entre tradição, memória e sociedade expressa essa construção e reconstrução social dos modos de lidar com a finitude da existência humana.

Nos lugares reservados aos mortos está presente fortemente o convite à lembrança: “A morte é sempre uma coisa boa – recorda-se. Um mal nunca se esquece”. Neste epitáfio, de uma das sepulturas do cemitério do Bonfim em Belo Horizonte, aparece expresso a ambiguidade de sentimentos despertados pelo fenômeno da morte assim como a relação entre lembrança e esquecimento, evidenciando elementos da memória que fazem parte do fenômeno da morte.

Em especial nos cemitérios oitocentistas, as sepulturas expressam a forma como os mortos querem ser lembrados, ou como os vivos querem lembrar os mortos. As esculturas, os epitáfios, as fotos trabalhadas em porcelana, todos os detalhes pretendem guardar as diversas memórias que habitam o cemitério: a histórica, a artística e a individual.

Nesse espaço, um fato se evidencia: “o homem não que ser esquecido depois de morto e, por isso, ‘constrói’ espaços determinados à sua perpetuação” (NOGUEIRA, 2012: 82). Ainda que a morte carregue significações que se chocam violentamente com os horizontes da existência e das experiências humanas, tal fenômeno não diz respeito unicamente à cessação da vida, falecimento e sepultamento. A vida se prolonga de vários modos através das relações concretas e simbólicas entre a vida e a morte.

## 6. Referências Bibliográficas

ABREU, R. Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 205-230, 1994.

---

<sup>1</sup> Existem várias versões sobre a loira do Bonfim, a mais comum trata-se de uma personagem que surgiu entre as décadas de 1940 e 1950 na zona boêmia de belo horizonte. Segundo os relatos, uma loira muito bonita, sempre vestida de branco, apareceria nas madrugadas, conquistava os homens e os convenciam a leva-la em sua casa, o cemitério do Bonfim (Ferrari, 2008).

ALMEIDA, M. G. O espaço da morte na capital mineira: Um ensaio sobre o Cemitério de Nosso Senhor do Bonfim. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 187-192, 1998.

\_\_\_\_\_. Cemitério e Cidade: A Nova Capital e o Lugar dos Mortos. *Revista Inter-Legere*, Natal, n. 12, jan/jun, p. 137-156, 2013.

ARIÈS, P. *O homem diante da morte*. Trad. M. L. Ribeiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981-1982. 344 p. 2v.

AUGRAS, M. *Psicologia e cultura: alteridade e dominação*. Rio de Janeiro: Nau, 1995. 180 p.

BERGER, P.; BERGER, B.; KELLNER, H. *Un mundo sin hogar: modernización y conciencia*. Trad. J. García-Abril. Santander, Espanha: Sal Terrae. 1979. 223 p.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. *Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno*. Trad. Edgar Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. 94 p.

BOSI, E. A pesquisa em memória social. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 4, n. 1/2, p. 277-284, 1993.

CASADEI, E. B. (2010). Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva. *Revista Espaço acadêmico*, v. 9, n. 108, p. 153-161, 2010.

CHIAVENATO, J. J. *A morte: uma abordagem sociocultural*. São Paulo: Moderna, 1998. 126 p.

COE, A. J. H. Nós, os ossos que aqui estamos pelos vossos esperamos: o século XIX e as atitudes diante da morte e dos mortos. *Outros Tempos*, São Luís, v. 2, n. 2, p. 97-111, 2005.

FERRARI, E. *Só em Beagá: Histórias, crônicas e reportagens sob o olha de uma cidade*. Belo Horizonte: Medialuna & Mondana, 2008, 123p.

FRANCO, C. *A Cara da Morte: os sepultadores, o imaginário fúnebre e o universo onírico*. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2010. 260 p.

- HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. Trad. B. Sidou. São Paulo: Centauro, 2006. 222 p.
- JOVCHELOVITCH, S. Psicologia Social, saber, comunidade e cultura. *Psicologia & Sociedade*, v. 16, n. 2, p. 20-31, 2004.
- KOVÁCS, M. J. *Educação para morte: temas e reflexões*. São Paulo: Casa do Psicólogo: Fapesp, 2003. 224 p.
- MATTEDI, M. A. E PEREIRA, A. P. Vivendo com a morte: o processamento de morrer na sociedade moderna. *Caderno CRH*, Salvador, v. 20, n. 50, p. 319-330, 2007.
- MIDDELTON, D.; BROWN, S. D. A psicologia social da experiência: a relevância da memória. *Pro-posições*, Campinas, v. 17 v. 2, p. 71-97, 2006.
- NOGUEIRA, R. S. Elos da memória: passado e presente, memória e sociedade. *Vivência: Revista de Antropologia*, Natal, v. 1, n. 39, p. 81-89, 2012.
- PETRUSKI, M. R. A cidade dos mortos no mundo dos vivos: os cemitérios. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 11, n. 2, p. 93-198, 2006.
- RODRIGUES, J. C. A Morte numa Perspectiva Antropológica. In: Incontri, D.; Santos, F. S. (Orgs.). *A Arte de Morrer: Visões Plurais*. Bragança Paulista, SP: Comenius, 2007. p. 129-136.
- SÁ, C. P. Sobre o Campo de Estudo da Memória Social: Uma Perspectiva Psicossocial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 290-295, 2007.
- SÁ, C. P. *A Memória Social em Perspectiva Psicossocial*. Trabalho apresentado no I Seminário Memória e Representações Sociais, Belo Horizonte, MG, 2012.
- SANTOS, M. S. O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 19, n. 139-171, 2002.
- SCHMIDT, M. L. S.; MAHFOUD, M. Halbwachs: Memória coletiva e experiência. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 4, n. 1/2, p. 285-298, 1993.

SCHMITT, J. C. *Os vivos e mortos na sociedade medieval*. Trad. M. L. Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 300 p.

SHUARÇA, T.; SANTOS, Z. M. Patrimônio cultural: um estudo sobre a configuração do espaço cemiterial e a arte tumulária. *O Mosaico: Revista de Pesquisa em Arte*, Curitiba, n. 4, p. 126-145, 2010.